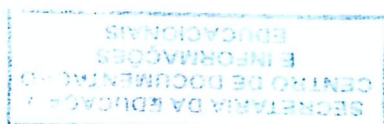


**Programa 49: Universalização progressiva do Ensino Médio
nas localidades urbanas e rurais**

Projeto: Definição para construção de novas escolas



1. Contexto do projeto

O presente relatório descreve os procedimentos e a metodologia adotada para assegurar a tomada de decisão sobre a construção de novas escolas a serem financiadas com recursos provenientes do Acordo de Empréstimo No. 4591/BR – Projeto Escola do Novo Milênio (PENM).

O crescimento de matrícula do Ensino Médio se colocou como uma demanda anunciada desde o momento em que o acesso ao Ensino Fundamental foi ampliado, a partir da segunda metade da década de 1990. A sensível melhoria nas taxas de aprovação, reprovação, e abandono promoveu um melhor fluxo escolar no Ensino Fundamental, o quem implicou na necessidade de ampliação, num curto espaço de tempo, das vagas para o Ensino Médio.

O gráfico 1 mostra o comportamento de matrículas do Ensino Fundamental nas redes estadual e municipal, e Ensino Médio na rede estadual, no período 1991 – 2004. O que se constata é uma diminuição da oferta de ensino fundamental pela rede estadual, especialmente a partir de 1998, quando da implantação do FUNDEF, momento em que o Ceará inicia um acelerado processo de municipalização deste nível de ensino.

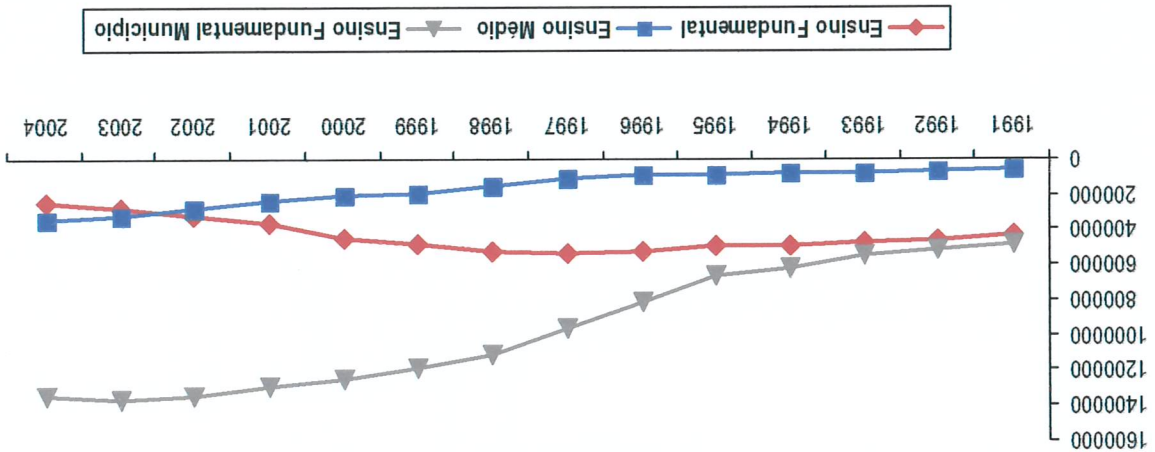
Numa análise mais detalhada da matrícula nesse nível de ensino, observa-se três momentos distintos no que se refere à oferta de vagas. No período 1991 – 1995, a rede municipal teve um crescimento de matrícula gradativo numa taxa média anual de cerca de 8%. No período 1995 – 1999 o crescimento é muito acelerado e chega a uma taxa média anual de 17%, chegando a oferta de matrícula a crescer 79,6% em 5 anos. Nos anos 1999 – 2004, a taxa média de crescimento anual é de 3,6%, sendo a menor dos últimos 3 quinquênios, o que nos leva a deduzir que esse crescimento tende a se estabilizar, uma vez que o número de matrículas neste nível de ensino já se encontra próximo à população cearense na faixa etária de 7 – 14 anos, segundo dados do IBGE (2000).

Importante notar que neste período, a taxa de crescimento da rede municipal está intrinsecamente associada à transferência de alunos da rede estadual para a municipal, como bem demonstra a queda de matrícula na primeira, que se na mesma proporção do crescimento da segunda. Esse resultado é fruto da decisão política do Estado em acelerar o processo de municipalização a qualquer custo.

Não podemos esquecer que neste nível de ensino ainda se encontram matriculados alunos com idade superior a 14 anos, em decorrência da histórica defasagem idade/série acumulada ao longo dos anos, fruto dos persistentes índices de reprovação e evasão, que se acentuam ainda mais nas séries terminais.

Gráfico 1 – Matrícula da rede estadual do Ceará 1991 - 2004

Evolução da Matrícula Rede Estadual Ensino Fundamental x Ensino Médio
Ceará 1991-2004



FONTE: SEDUC/CODEP

O que dizer do crescimento do Ensino Médio no mesmo período?

Em 1991 o Estado possuía 106.492 jovens matriculados no Ensino Médio e em 1995, esse número chegava a 151.473, representando um crescimento de 42,2% na oferta desse nível de ensino. Nos cinco anos seguintes (1995 – 1999), a matrícula do Ensino Médio no Ceará cresce 70,3%, sendo a rede estadual a que mais aumenta a oferta

1. Contexto do projeto

O presente relatório descreve os procedimentos e a metodologia adotada para assegurar a tomada de decisão sobre a construção de novas escolas a serem financiadas com recursos provenientes do Acordo de Empréstimo No. 4591/BR – Projeto Escola do Novo Milênio (PENM).

O crescimento de matrícula do Ensino Médio se colocou como uma demanda anunciada desde o momento em que o acesso ao Ensino Fundamental foi ampliado, a partir da segunda metade da década de 1990. A sensível melhoria nas taxas de aprovação, reprovação, e abandono promoveu um melhor fluxo escolar no Ensino Fundamental, o quem implicou na necessidade de ampliação, num curto espaço de tempo, das vagas para o Ensino Médio.

O gráfico 1 mostra o comportamento de matrículas do Ensino Fundamental nas redes estadual e municipal, e Ensino Médio na rede estadual, no período 1991 – 2004. O que se constata é uma diminuição da oferta de ensino fundamental pela rede estadual, especialmente a partir de 1998, quando da implantação do FUNDEF, momento em que o Ceará inicia um acelerado processo de municipalização deste nível de ensino.

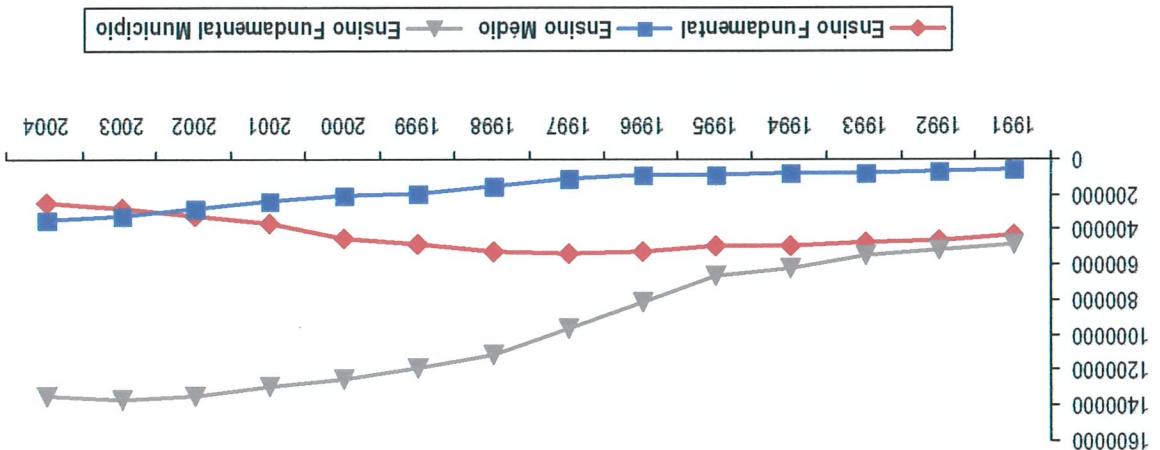
Numa análise mais detalhada da matrícula nesse nível de ensino, observa-se três momentos distintos no que se refere à oferta de vagas. No período 1991 – 1995, a rede municipal teve um crescimento de matrícula gradativo numa taxa média anual de cerca de 8%. No período 1995 – 1999 o crescimento é muito acelerado e chega a uma taxa média anual de 17%, chegando a oferta de matrícula a crescer 79,6% em 5 anos. Nos anos 1999 – 2004, a taxa média de crescimento anual é de 3,6%, sendo a menor dos últimos 3 quinquênios, o que nos leva a deduzir que esse crescimento tende a se estabilizar, uma vez que o número de matrículas neste nível de ensino já se encontra próximo à população cearense na faixa etária de 7 – 14 anos, segundo dados do IBGE (2000).

Importante notar que neste período, a taxa de crescimento da rede municipal está intrinsecamente associada à transferência de alunos da rede estadual para a municipal, como bem demonstra a queda de matrícula na primeira, que se na mesma proporção do crescimento da segunda. Esse resultado é fruto da decisão política do Estado em acelerar o processo de municipalização a qualquer custo.

Não podemos esquecer que neste nível de ensino ainda se encontram matriculados alunos com idade superior a 14 anos, em decorrência da histórica defasagem idade/série acumulada ao longo dos anos, fruto dos persistentes índices de reprovação e evasão, que se acentuam ainda mais nas séries terminais.

Gráfico 1 – Matrícula da rede estadual do Ceará 1991 - 2004

Evolução da Matrícula Rede Estadual Ensino Fundamental x Ensino Médio
Ceará 1991-2004



FONTE: SEDUC/CODEP

O que dizer do crescimento do Ensino Médio no mesmo período?

Em 1991 o Estado possuía 106.492 jovens matriculados no Ensino Médio e em 1995, esse número chegava a 151.473, representando um crescimento de 42,2% na oferta desse nível de ensino. Nos cinco anos seguintes (1995 – 1999), a matrícula do Ensino Médio no Ceará cresce 70,3%, sendo a rede estadual a que mais aumenta a oferta



F8 P3 C7

17/10/08

D 13.691/08

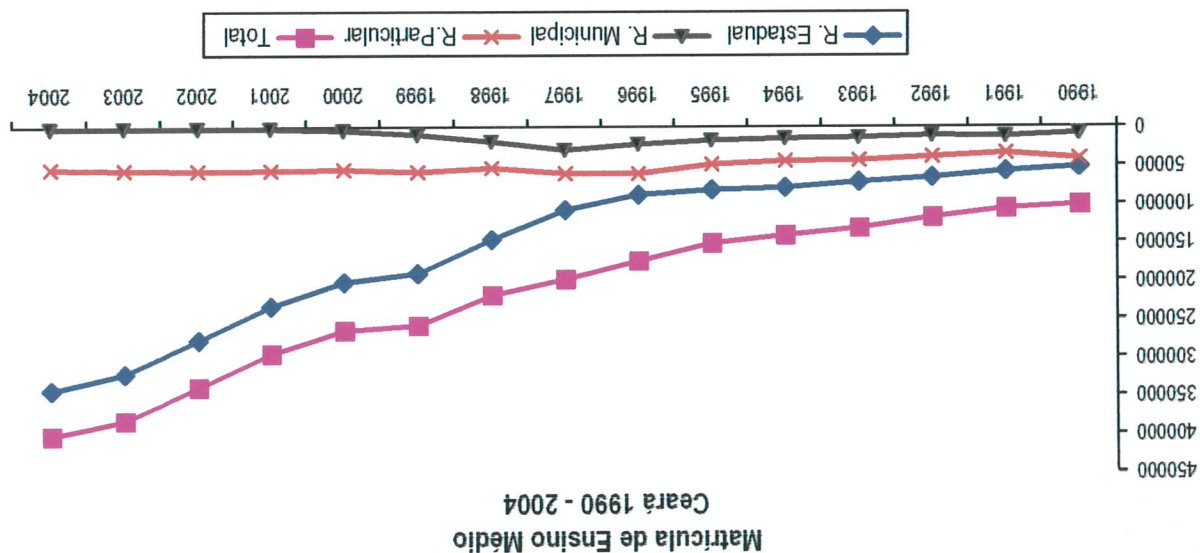
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

(132,5%), fato que continua a acontecer no período subsequente de 1999 – 2004, quando se registra um crescimento no atendimento da rede estadual de 79,7%.

Não podemos esquecer que tal fato se deu sem que fosse apresentada uma solução financeira estável e definitiva que possibilitasse a concepção de um padrão básico de funcionamento para os equipamentos físicos que abrigavam esse nível de ensino no sistema público. Ou seja, a realidade se impôs sobre a legislação e a pressão social mobiliza do Estado todas as energias no sentido de oferecer vagas, sob quaisquer condições, para os jovens que concluíam o Ensino Fundamental.

Os dados do **gráfico 2** a seguir mostram a matrícula do Ensino Médio no Ceará de 1990 a 2004.

Gráfico 2 - Evolução da matrícula do Ensino Médio no Ceará 1990 - 2004



FONTE: SEDUC/CODEP

O que se constata nesse período é um crescimento contínuo da rede estadual, que se torna mais acelerado a partir de 1997, chegando as taxas anuais de 35,64%, 29,77%, 6,13%, 15,44%, 18,89%, 15,2% e 7,2% para os anos subsequentes.

Em 2002, a rede estadual responde por 81,9% da matrícula de Ensino Médio, percentual que aumenta ainda mais em 2004, chegando a 85,35%, sendo que as redes federal e municipal, juntas, atendem a 1,08% da matrícula total e apenas 13,56% dos alunos encontram-se nas escolas particulares.

É importante notar que a matrícula total no Ensino Médio no Estado aumentou de 379.145 em 2003 para 400.156 em 2004. Esse acréscimo de 9,47% da vagas foi quase que exclusivo da Rede Pública Estadual, e deu-se as expensas de crescimento da rede física, e com a contratação de um significativo quadro de professores temporários. Tal fato tem severas repercussões na qualidade do ensino ofertado. No ano 2004 constata-se a presença de cerca de 150 anexos¹ distribuídos em quase todos os municípios, nas localidades rurais e urbanas, inclusive na capital. Esses espaços físicos abrigam um número de alunos em torno de 100, e, muitas vezes, uma única série do Ensino Médio. Em decorrência da falta de professores nas localidades rurais proliferam organizações curriculares variadas, sistemas moldados, sazonais, enfim, um conjunto de alternativas para enfrentar o cenário de dificuldades impostas pela realidade, da forma possível, com criatividade e esforço.

¹ Anexo é uma denominação para designar espaços escolares sem aparato legal, ou seja, está vinculado legalmente, pedagógica e financeiramente a uma escola reconhecida, com Núcleo Gestor definido. O anexo é criado quando a demanda de matrícula de um determinado nível ou modalidade de ensino não consegue ser atendida no prédio escolar. Isso acarreta situações de significativa precariedade na oferta educacional, implicando muitas vezes em ônus para a gestão da escola ao qual ele está vinculado, porque demanda um esforço de planejamento e acompanhamento pedagógico muitas vezes inexistente, já que existem escolas que possuem 10 ou mais anexos distribuídos por distritos na zona rural que se encontram a até 70km da sede da escola.

2. Diagnóstico das demandas

O primeiro procedimento adotado no que se refere à construção de novas escolas consistiu num minucioso levantamento de demandas encaminhadas a SEDUC pelos mais diversos segmentos sociais. Identificou-se 41 solicitações, sendo 21 advindas da COGED e 24 provenientes de compromissos assumidos pela gestão anterior no projeto Alvorada. Vale ressaltar que dessas 24 demandas do projeto Alvorada, 4 delas também estavam presentes na relação encaminhada pela COGED.

O quadro 1 a seguir apresenta a relação das demandas, por município e Crede.

Quadro 1 – Demandas por construção de escolas, por município e Crede

Município	CRE-DE	Bairro/Distrito	Situação do Terreno	Valor Estimado	Observação
1	Arenda		já possui escritura do terreno		demanda COGED e Alvorada (escola)
2	Banabuiú		já possui escritura do terreno		Alvorada (escola)
3	Barbalha		terreno já avaliado pelo DERT	36.770,84	Alvorada (licença)
4	Barroquinha		terreno já avaliado pelo DERT		demanda COGED e Alvorada (escola)
5	Bela Cruz		já existe terreno		Alvorada (escola)
6	Boa Viagem		desapropriado pela Prefeitura		Alvorada (escola)
7	Canindé		já possui escritura do terreno		Alvorada (licença)
8	Choro Limão		desapropriado pela Prefeitura		Alvorada (escola)
9	Crato	Ponta da Serra	sem informações		demanda COGED
10	Fortaleza	Antonio Bezerra	sem informações		demanda COGED
11	Fortaleza	Colabairas	desapropriado pelo DERT im- são de posse	308.064,29	Alvorada (licença)
12	Fortaleza	Dom Helder Câmara	sem informações		demanda COGED
13	Fortaleza	São Cristóvão	já possui escritura do terreno		Alvorada (licença)
14	Fortaleza	Canindezinho	sem informações		demanda COGED
15	Fortaleza	Parque São José	sem informações		demanda COGED
16	Fortaleza	Vila Manoel Sátiro	sem informações		demanda COGED
17	Fortaleza	Granja Lisboa	sem informações		demanda COGED
18	Fortaleza	Bom Jardim	já possui escritura do terreno		Alvorada (licença)
19	Fortaleza	Siqueira	sem informações		demanda COGED
20	Fortaleza	Pativá do Assaré	terreno já avaliado pelo DERT		demanda COGED
21	Fortaleza	Irmão Urbano	sem informações		demanda COGED
22	Horizonte	Distrito de Dourados	terreno pertence a Prefeitura		demanda COGED
23	Icó		já possui escritura do terreno		Alvorada (licença) e demanda COGED
24	Irapuan Pinheiro		terreno já avaliado pelo DERT	80.000,00	Alvorada (escola)
25	Itapipoca		terreno já avaliado pelo DERT	97.266,29	Alvorada (licença) e demanda COGED
26	Itarema		terreno já avaliado pelo DERT		Alvorada (escola)
27	Jaguaripe		já possui escritura do terreno		Alvorada (licença)
28	Juazeiro do Norte		sem informações		demanda COGED
29	Limoeiro do Norte		terreno já avaliado pelo DERT	115.064,30	Alvorada (licença)
30	Maracanau	Bairro Conjunto Industrial	sem informações		demanda COGED
31	Maranguape		terreno já avaliado pelo DERT	36.842,93	Alvorada (licença)
32	Mauní		já possui escritura do terreno		Alvorada (escola)
33	Missão Velha		sem informações		demanda COGED
34	Morada Nova		terreno já avaliado pelo DERT	33.105,44	Alvorada (licença)
35	Pacajus		já possui escritura do terreno		Alvorada (licença)
36	Pacatuba		sem informações		demanda COGED
37	Pedra Branca		já possui escritura do terreno		Alvorada (escola)
38	São Gonçalo	Distrito de Pecém	já possui escritura do terreno		- demanda COGED

39	Sobral	6	Distrito de Jaiabaras	prefeitura se propos a doar terreno já avaliado pelo DERT	37.278,63	-	demandada COGED
40	Trairi-Mundaú	2		terreno já avaliado pelo DERT (81m x 87m)			Alvorada (escola)
41	Unimim	2		terreno avaliado pelo DERT			demandada COGED

FONTE: SEDUC/COGED

Considerando que o PENM não financia aquisição de terreno para construção, optou-se por constituir dois lotes passíveis de análise detalhada para construção:

- Lote I – 19 escolas cujos terrenos já possuíam escritura pública. Neste caso, registraram-se duas situações: terrenos pagos com escritura pronta ou em vias de conclusão e terrenos não pagos, avaliados pelo DERT.
- Lote II – escolas de Ensino Médio em municípios que ainda não possuem um prédio patrimonial público

O quadro 2 expressa a relação de municípios que constituem o lote I.

Quadro 2 - Lote de escolas para as quais já existem terrenos públicos

Município	Cre- de Bairro/ Distrito	Situação do Terreno	Valor Estimado em R\$	Situação do terreno	Medi- ção
1	Ararendá	Já possui escritura pública	30.000,00	PAGO	10.000m²
2	Banabuiú	Já possui escritura pública	63.980,20	PAGO	9.592m²
3	Canindé	Já possui escritura pública	100.366,62	PAGO	11.876m²
4	Itaema	Já possui escritura pública	5.000,00	PAGO	10.920m²
5	Jaguaripe	Já possui escritura pública	65.000,00	PAGO	10.000m²
6	Mauriti	Já possui escritura pública	13.607,00	PAGO	9.450m²
7	Pacajus	Já possui escritura pública	75.456,18	PAGO	10.000m²
8	Pedra Branca	Escritura em cartório - imissão de posse	45.302,75	PAGO	10.000m²
9	Itapipoca	Escritura em andamento	97.266,29	PAGO	10.000m²
10	São Gonçalo	Lei que autoriza a doação pela prefeitura		PAGO	10.000m²
11	Fortaleza	Barra do Ceará	308.064,29	PAGO	10.000m²
12	Fortaleza	- Goiabeiras - Janguirussu - S. Cristóvão	87.552,00	PAGO	9.600m²
13	Fortaleza	B. Jardim	128.226,44	PAGO	10.000m²
14	Choro	Lei que autoriza a doação do terreno			
TOTAL			1.019.821,77		
15	Irapuan Pinheiro²	Terreno já avaliado pelo DERT	80.000,00	Não Pago	10.000m²
16	Lm. do Norte	Terreno já avaliado pelo DERT	115.064,30	Não Pago	10.000m²
17	Mangueape	Terreno já avaliado pelo DERT	36.842,93	Não Pago	10.000m²
18	Morada Nova	Terreno já avaliado pelo DERT	33.105,44	Não Pago	10.000m²
19	Unimim³	Terreno avaliado pelo DERT	37.278,63	Não Pago	7.047m²
20	Barbalha	Terreno já avaliado pelo DERT	36.770,84	Não Pago	10.000m²
TOTAL			339.062,14		

FONTE: SEDUC/CODEP

3. Elaboração da Matriz analítica – lote I

Visando construir fundamentos técnicos que orientasse a tomada de decisão, estruturou-se uma matriz analítica, baseada nos seguintes dados:

- **Planejamento de rede (Planrede):** análise realizada pela Coordenadoria de Planejamento e Políticas Educacionais (COPPE), que tem como variáveis o crescimento populacional das cidades solicitantes ou dos distritos/bairros e as condições de oferta atual;
- **Célula de Ensino Médio (CEM):** estudos de projeção sobre crescimento de matrícula neste nível de ensino, considerando um conjunto de variáveis quais sejam: taxas de aprovação, evasão e repetência;
- **Gerente de programa:** visita *in loco* sobre localização do terreno x demanda existente, observando malha de acesso e deslocamento dos alunos.

² Informações do CREDE 16 afirmam que a Prefeitura vai doar terreno adequado para a construção da escola.

³ O prefeito procurou a SEDUC informando sobre a doação do terreno e as providências cabíveis para a legalização do ato.

▪ **Setor de Engenharia:** análise das condições geomorfológicas do terreno.

Essas análises foram expressas em forma de parecer, sobre os quais a CODEP se debruçou com o intuito de elaborar uma conclusão que orientasse a tomada de decisão. Para isso, contou com a contribuição dos CREDES, que se debruçaram sobre os pareceres consolidados numa planilha e acrescentaram maiores informações, validando ou refutando o parecer da CODEP.

Das 19 solicitações de escolas do lote 1 analisadas, a CODEP elaborou conclusões baseadas nos pareceres da matriz analítica e chegou as seguintes conclusões:

- 15 tiveram parecer FAVORÁVEL, classificadas em duas categorias:
 - Favorável sem RESTRIÇÕES
 - Favorável com RESTRIÇÕES
- 4 tiveram parecer DESFAVORÁVEL: Maranguape, Canindé, Limoeiro do Norte e Irapuan Pinheiro.

Dos Pareceres da CODEP enviados aos CREDES para validação, chegou-se a seguinte situação (quadro 3).

Quadro 3 – Parecer conclusivo sobre construção de novas escolas, baseados nos Pareceres dos CREDES

Cre- de	Município	Parecer Conclusivo	Parecer Crede
1	Maranguape	Negada a construção no terreno existente. Foi também constatada falta de demanda.	Favorável
	Itapipoca	Recomendada a construção de uma escola com 15 salas. Problema: necessidade de um projeto de drenagem	Favorável
2	Umirim	Recomendada a construção de uma escola com 10 salas. Problemas: aquisição do terreno pelo Estado e edificação construída no local.	Favorável
	São Gonçalo	Recomendada a construção de uma escola com 10 salas. Problemas: excesso de vento e marés, topografia inclinada, exigindo nivelamento e falta de urbanização e paisagismo.	Favorável
3	Itarna	Recomendada a construção de uma escola com 10 salas. Problema: excesso de marés	Favorável
7	Canindé	Negada a construção no terreno existente.	Favorável
9	Pacajus	Recomendada a construção de uma escola com 10 salas. Problema: topografia inclinada, exigindo nivelamento.	Favorável
	Morada Nova	Recomendada a construção de uma escola com 10 salas. Problema: necessidade de um projeto de drenagem.	CREDE: sugere a construção de escola com 4 salas, no distrito de Ururu.
10	Limoeiro do Norte	Negada a construção por falta de demanda.	Favorável
11	Jaguaribe	Recomendada a construção de uma escola com 10 salas. Problemas: topografia inclinada, exigindo nivelamento, proximidade de um açude e falta de urbanização e paisagismo.	Favorável
12	Banabuiú	Recomendada a construção de uma escola com 10 salas. Problemas: topografia inclinada, exigindo nivelamento, proximidade de um riacho e falta de urbanização e paisagismo no entorno.	Favorável
13	Ararendá	Recomendada a construção de uma escola com 10 salas. Problema: remoção de uma residência familiar.	Favorável
14	Pedra Branca	Recomendada a construção de uma escola com 4 salas. Problema: falta de urbanização e paisagismo no entorno	Favorável
14	Irapuan Pinheiro	Negada a construção para este terreno.	Contesta as Conclusões da CODEP
19	Barbalha	Recomendada a construção de uma escola com 10 salas. Problema: topografia inclinada, exigindo nivelamento.	Favorável
20	Mauriti	Recomendada a construção de uma escola com 4 salas. Recomendada a construção de uma escola com 20 salas. Problemas: necessidade de projeto de drenagem e estudo topográfico para planejar o terreno.	Favorável
21	Janguarussu-São Cristóvão	Recomendada a construção de uma escola com 10 salas. Problema: necessidade de um projeto de drenagem.	Favorável
	Barra do Ceará - Goiabellas	Recomendada a construção de uma escola com 10 salas. Problemas: necessidade de projeto de drenagem, topografia inclinada, exigindo nivelamento.	Favorável

FONTE: SEDUC/CODEP

4. Definição das escolas

Identificada as demandas e as condições reais dos terrenos disponíveis, o passo seguinte foi definir o número de salas de aula para cada escola. Para tanto, tomou-se como base de cálculo, o cenário atual de matrícula em 2004 para o Ensino Fundamental e Médio da rede estadual e a capacidade disponível de salas existentes nos equipamentos públicos estaduais.

Para prever as demandas futuras, até 2009, tomou-se como referência o estudo realizado pela COPPE sobre crescimento de matrícula com base na taxa de crescimento anual da população de 15 a 19 anos, segundo o IBGE. Para definir o número de salas na projeção futura, considerou-se apenas a matrícula de Ensino Médio, uma vez que o avançado estágio do processo de municipalização aponta para a perspectiva de que num curto período de tempo, a rede estadual não detenha alunos do Ensino Fundamental.

Quadro 4 – Relação de municípios com projeção de crescimento de Ensino Médio

Município	Cenário atual (2004)		Matrículas e Salas de aula		Previsão de Crescimento de matrícula no Ensino Médio					
	EM	EF	No. de salas	Capacidade	2005	2006	2007	2008	2009	No de salas necessárias
1. Banabuiú	633	-	-	-	760	912	1.094	1.313	1.339	12
2. Barbalha	1.865	961	28	2.940	2.387	3.055	3.910	5.005	6.406	61
3. Itapipoca	4.780	3.925	85	8.925	7.133	8.774	10.792	13.274	16.327	155
4. Itarema	1.113	57	17	1.785	1.447	1.881	2.445	3.179	4.133	40
5. Morada Nova	2.903	455	22	2.310	3.774	4.905	6.375	8.288	10.774	103
6. Pacajus	2.281	237	13	1.365	2.418	2.562	2.716	2.879	3.052	29
7. Granja Lisboa	1.734	1.939	19	1.995	1.748	2.053	2.411	2.831	3.325	32
8. Barra do Ceará - Goiabeiras	1.847	4.693	49	5.880	4.657	5.646	6.846	8.300	10.063	96

FONTE: SEDUC/COPPE/CECED/NÚCLEO DE ESTATÍSTICA

FONTE: SEDUC/COPPE/CECED/NÚCLEO DE ESTATÍSTICA

Da relação de municípios, distritos/bairros do quadro 4, constata-se que 8 das solicitações se justificam a partir da previsão de matrícula de Ensino Médio para o período 2005 – 2010, agregando-se ainda os seguintes fatos:

1. Banabuiú: ESTE MUNICÍPIO NÃO POSSUI ESCOLA ESTADUAL COM PRÉDIO PRÓPRIO.
2. Barbalha: escolas existentes em número insuficiente para atender a demanda.
3. Itapipoca: escolas existentes em número insuficiente para atender a demanda.
4. Itarema: ESTE MUNICÍPIO NÃO POSSUI ESCOLA ESTADUAL COM PRÉDIO PRÓPRIO.
5. Morada Nova: vazios de atendimento no distrito de Uruarú, implicando grande demanda de transporte escolar.
6. Pacajus: escola em prédio cedido pelo município, com precárias condições de oferta.
7. Granja Lisboa: vazios de atendimento, e aumento de demanda em virtude do crescimento do bairro.
8. Barra do Ceará – Goiabeiras: vazios de atendimento, e aumento de demanda em virtude do crescimento do bairro.

* Município que não possui escola estadual com prédio próprio
* Município que não possui escola estadual com prédio próprio

As demais demandas exigem maiores análises, como mostra o quadro 4.1, a seguir.

Quadro 4.1 – Relação de municípios com projeção de crescimento de Ensino Médio

Município	Cenário atual (2004)		Previsão de Crescimento de matrícula no Ensino Médio		FONTE: SEDUC/COPPE/CEGED/NÚCLEO DE ESTATÍSTICA									
	Matrículas e Salas de aula				No. de salas	Capacidade	2005	2006	2007	2008	2009	No de salas	necessá-	
1. Jaguaribe	1.285	1.190	47	4.935	1.491	3.106	3.603	4.179	4.848	46				
2. Mauriti	1.015	397	18	1.890	1.157	1.319	1.504	1.715	1.955	19				
3. Pedra Branca	903	675	28	2.940	1.174	1.525	1.981	2.575	3.348	32				
4. Umirim	560	76	9	1.080	677	745	819	901	991	7				
5. São Gonçalo do Amarante	1.526	812	24	2.880	323	355	391	430	473	5				
6. Ararendá	314	125	15	1.800	379	414	455	491	540	6				
7. Jangurussu - São Cristóvão	1.264	1.109	29	3.480	1.208	1.152	1.097	1.042	986	10				

FONTE: SEDUC/COPPE/CECED/NÚCLEO DE ESTATÍSTICA

Procura-se apontar justificativas para cada um dos casos:

- Jaguaribe:** o bairro onde será construída a escola é populoso, distante do centro da cidade e para ele convergem alunos de mais (2) dois outros bairros; a Escola Estadual existente no bairro tem poucas condições para prestar atendimento e a Escola Municipal que atende ao ensino fundamental no referido bairro é uma "creche adaptada". A ideia é a construção da escola estadual beneficie também a rede municipal, desde o início concebido através de um processo de co-gestão.

- Mauriti:** há uma demanda de salas no distrito da Palestina, onde há vários anexos que não suportam a demanda atual com cerca de 300 alunos. A recomendação final é que seja construída uma escola rural no distrito, com 4 salas de aula. Solicita-se uma melhor apreciação do Crede 20 quanto à necessidade de construção de uma nova escola.

- Pedra Branca:** com o crescimento do Ensino Médio previsto, haveria a necessidade de uma escola com 4 salas de aula.

- Umirim:** existe uma escola do estado – EEF José Pinto Brandão, situada no centro da cidade, porém, construída em local inadequado e com estrutura física precária. Há uma demanda atual de uma escola com 10 salas pelo crescimento da matrícula do ensino médio e para desativação do prédio atual.

- São Gonçalo do Amarante:** existe uma escola estadual com 5 salas e alguns anexos, com capacidade para 700 alunos. Nessa escola, há espaço para ampliação e necessita urgentemente de uma reforma. Registra-se, no entanto, a necessidade de construção de uma escola com 10 salas, considerando que a região do Pecém é distante do centro da cidade e encontra-se em acelerado crescimento populacional em decorrência da localização do complexo portuário. Os alunos da rede estadual que estão frequentando a escola localizada no distrito do Pecém estão com atendimento escolar comprometido em virtude da estrutura física comprometida devido às novas construções lá existentes.

- Ararendá: ESTE MUNICÍPIO NÃO POSSUI ESCOLA ESTADUAL COM PRÉDIO PRÓPRIO.** Existe uma escola - EEFM 21 de Dezembro, funcionando em dois prédios alugados, com estruturas precárias, tendo sido adaptadas para ambientes escolares que não atendem as especificações mínimas segundo relatório do DEFT. Assim justifica-se a necessidade de construção de uma escola com 10 salas.

- Jangurussu – São Cristóvão:** este bairro já possui 2 escolas estaduais com capacidade para 3.045 alunos, sendo a matrícula do ensino médio de 1.264 e a do fundamental 1.109. Para atender à demanda atual e futura, do ensino médio, considerando que o atendimento do ensino fundamental vai manter-se constante, o bairro necessita de uma nova escola com 10 salas, uma vez que está situado em local de grande concentração de alunos. Em 2002 houve o lançamento de um liceu, o que gerou uma expectativa da população até hoje não atendida.

4. Critérios elegíveis para o lote II

No que se refere ao lote II, os critérios de análise eleitos foram outros, sendo o mais relevante o fato da não existência de um prédio estadual público patrimonial em grande parte dos municípios que constituem este lote.

O quadro 5 apresenta as demandas levantadas para o lote II.

Quadro 5 – Demanda de escolas que compõem o lote II

Município	Crede	Situação do Terreno	Justificativa
1 Gualuba	1	Não existe terreno disponível	Este município não possui escola estadual com prédio próprio
2 Iraporanga	13	Não existe terreno disponível	Este município não possui escola estadual com prédio próprio
3 Tarrafas	18	Não existe terreno disponível	Este município não possui escola estadual com prédio próprio
4 Barroquinha	4	Não existe terreno disponível	Este município não possui escola estadual com prédio próprio
5 Choro	12	Terreno sem condições	Este município não possui escola estadual com prédio próprio
6 Morajujo	6	Não existe terreno disponível	Este município não possui escola estadual com prédio próprio
7 Varjota	6	Não existe terreno disponível	Este município não possui escola estadual com prédio próprio
8 Irapuan Pinheiro	14	O terreno já foi aprovado pelo Setor de Engenharia da SEDUC e será doado pela Prefeitura	Escola com 3 salas e em péssimas condições de funcionamento.
9 Canindé	7	Identificar terreno adequado a ser doado pela Prefeitura	Demanda crescente
10 Vila Manoel Sátiro	21	tura	Demanda crescente

Para prever as demandas futuras, até 2009, tomou-se como referência o estudo realizado pela COPPE sobre crescimento de matrícula com base na taxa de crescimento anual da população de 15 a 19 anos, segundo o IBGE.

Quadro 6 - Relação de municípios com projeção de crescimento de Ensino Médio

Município	Cenário atual (2004)			Previsão de Crescimento de matrícula no Ensino Médio				
	Matrículas e Salas de aula	EM	EF	No. de salas	Capacidade	2005	2006	2007
1. Gualuba	933	220	0	Função em prédio alugado	1026	1129	1241	1366
2. Iraporanga	439	0	0	Função em escola municipal cedida	447	455	464	472
3. Tarrafas	281	0	0	O ensino médio é oferecido pelo Município	301	323	347	372
4. Barroquinha	405	0	0	Função em escola municipal cedida	445	490	589	593
5. Choro	354	0	0	Função em prédio alugado	502	653	845	1099
6. Morajujo	347	41		Função em prédio federal cedido	354	361	369	376
7. Varjota	479	208		Função em prédio federal cedido	530	586	648	717
8. Irapuan Pinheiro	452	0	3		378	435	500	575
9. Canindé	3.351	542	35		3869	5030	6539	8501
10. Vila Manoel Sátiro	606				613	620	627	634
								641
								6

Para definir o número de salas na projeção futura, considerou-se apenas a matrícula de Ensino Médio, uma vez que o avançado estágio do processo de municipalização aponta para a perspectiva de que num curto período de tempo, a rede estadual não detenha alunos do Ensino Fundamental, fato já registrado em alguns municípios que compõem este lote no ano 2004.

Quadro 7 – Parecer e proposta sobre a construção de novas escolas

Crede	Município	Parecer do Planejamento de Rede	Proposta da CODEP	Parecer do CREDE
1	Guaibá	Recomenda a construção de uma escola com 10 salas	Recomenda a construção de uma escola com 10 salas	Existe uma escola estadual de 12 salas cuja construção foi interrompida em 2002.
13	Ipaporanga	Recomenda a construção de uma escola com 4 salas	Recomenda a construção de uma escola com 4 salas	
18	Tarrafas	Recomenda a construção de uma escola com 3 salas	Recomenda a construção de uma escola com 4 salas	Recomenda a construção de uma escola com 4 salas
4	Barroquinha	Recomenda a construção de uma escola com 3 salas	Recomenda a construção de uma escola com 3 salas	Concorda com parecer da CODEP
12	Choro	Recomenda a construção de uma escola com 3 salas	Recomenda a construção de uma escola com 6 salas	Recomenda a construção de uma escola com 10 salas
6	Moraijo	Recomenda a construção de uma escola com 4 salas	Recomenda a construção de uma escola com 10 salas	Concorda com parecer da CODEP
6	Varjota	Recomenda a construção de uma escola com 4 salas	Recomenda a construção de uma escola com 4 salas	Concorda com parecer da CODEP
14	Irapiuan Pinheiro	Recomenda a construção de uma escola com 6 salas	Recomenda a construção de uma escola com 8 salas	Recomenda a construção de uma escola com 6 salas
7	Canindé	Recomenda a construção de uma escola com 12 salas	Recomenda a construção de uma escola com 6 salas	Concorda com parecer da CODEP
21	Vila Manoel	Recomenda a construção de uma escola com 10 salas	Recomenda a construção de uma escola com 12 salas	Concorda com parecer da CODEP
	Satiro		escola com 10 salas	

5. Dimensionamento de atendimento e demanda de pessoal para os lotes I e II

Visando dimensionar a capacidade das escolas e a necessidade de pessoal, estabeleceu-se como critérios os seguintes parâmetros:

No de alunos por sala de aula: 40

Tamanho da sala: 48m²

Turnos de funcionamento: 3

Núcleo Gestor: tem como base a tipificação atual

No de servidores: 1 para cada 60 alunos

Quadro 8 – Estimativa de capacidade física e pessoal para as novas escolas – Lote I

Crede	Município	No de salas	Capacidade física em alunos	Núcleo Gestor (no de pessoas)	Servidores	Funções Docentes (100 h)
1	Maranguape	4	480	3	8	18
2	Itapipoca	15	1800	5	30	70
	Umirim	10	1200	4	20	46
	São Gonçalo	10	1200	4	20	46
3	Itarema	10	1200	4	20	46
9	Pacajus	10	1200	4	20	46
10	Morada Nova	4	480	3	8	18
11	Jaguaribe	10	1200	4	20	46
12	Banabuiú	10	1200	4	20	46
13	Ararendá	10	1200	4	20	46
14	Pedra Branca	4	480	3	8	18
19	Barbalha	10	1200	4	20	46
20	Mauriti	4	480	3	8	18
	Granja Lisboa	20	2400	5	40	90
21	São Cristóvão	10	1200	4	20	46
	Goibela	10	1200	4	20	46
Total		151	18.120	62	302	692

Quadro 9 – Estimativa de capacidade física e pessoal para as novas escolas – Lote II

Crede	Município	No de salas	Capacidade física em alunos	Núcleo Gestor (no de pessoas)	Servidores	Funções Docentes (100 h)
1	Guaiuba	10	1200	4	20	46
13	Ipaporanga	4	480	3	8	18
18	Tarrafas	4	480	3	8	18
4	Barroquinha	6	720	4	12	28
12	Choro	10	1200	4	20	46
6	Moraujo	4	480	3	8	18
6	Varjota	8	960	4	16	36
14	Irapuan Pinheiro	6	720	4	12	28
7	Canindé	12	1440	4	24	56
21	Vila Manoel Sattro	10	1200	4	20	46
		74	8.880	37	148	340

6. Quadro síntese das novas escolas

O quadro 10 a seguir mostra as conclusões alcançadas para o lote I analisado, bem como a definição do número de sala para cada uma delas.

Quadro 10 – Síntese sobre construção de novas escolas – lotes I e II

C	Descrição dos critérios			No de escolas
1	Demanda de Ensino Médio e terreno disponível			11
2	Demanda de Ensino Médio e terreno não disponível – negociação com Prefeitura			9
3	Demanda de Ensino Médio em Fortaleza e terreno disponível			3
4	Outros			3

CR	Município	Parecer Conclusivo			No salas	Escola
1	Maranguape	Negada a construção no terreno existente. Foi também constatada falta de demanda. Uma obra do Estado vai alagar uma escola municipal no distrito Manoel Guedes. Existe o compromisso de construir uma escola rural nesta localidade.	4	1 andar		
2	Guaiuba	Este município não possui escola estadual com prédio próprio. Existe uma escola estadual de 12 salas cuja construção foi interrompida em 2002.	10			
3	Itapipoca	Problema: necessidade de um projeto de drenagem	15	2 andares		
4	Umirim	Recomendada a construção de uma escola urbana.	10	1 andar		
5	São Gonçalo	Problemas: excesso de vento e maresia, topografia inclinada, exigindo nivelamento e falta de urbanização e paisagismo no entorno.	10	1 andar		
6	Itarema	Este município não possui escola estadual com prédio próprio. Problema: excesso de maresia	10	2 andares		
7	Barroquinha	Este município não possui escola estadual com prédio próprio. Recomendada a construção de uma escola urbana	6	1 andar		
8	Moraujo	Este município não possui escola estadual com prédio próprio. Recomendada a construção de uma escola urbana	4	1 andar		
9	Varjota	Este município não possui escola estadual com prédio próprio. Não existe terreno disponível – negociação com o Prefeito.	8	1 andar		

10	7	Canindé	Negada a construção no terreno existente – negociação com o Prefeito	12	Jandara
11	9	Pacajus	Recomendada a construção de uma escola urbana. Problema: topografia inclinada, exigindo nivelamento.	10	2 anda-res
12	10	Morada Nova	Recomendada a construção de uma escola RURAL no distrito de Uruarú. Não existe terreno disponível – negociação com o Prefeito	4	1 andar
13	11	Jaguaribe	Recomendada a construção de uma escola urbana. Problemas: topografia inclinada exigindo nivelamento, proximidade de um açude e falta de urbanização e paisagismo.	10	1 andar
14	12	Banabuiú	Este município não possui escola estadual com prédio próprio. Recomendada a construção de uma escola urbana. Problemas: topografia inclinada exigindo nivelamento, proximidade de um riacho e falta de urbanização e paisagismo no entorno.	10	1 andar
15	12	Choró	Este município não possui escola estadual com prédio próprio. Recomenda a construção de uma escola urbana Não existe terreno disponível – negociação com o Prefeito	10	1 andar
16	13	Ararendá	Este município não possui escola estadual com prédio próprio. Recomendada a construção de uma escola urbana Problema: remoção de uma residência familiar.	10	1 andar
17	13	Iaporanga	Este município não possui escola estadual com prédio próprio. Recomendada a construção de uma escola urbana Não existe terreno disponível – negociação com o Prefeito	4	1 andar
18	14	Pedra Branca	Recomendada a construção de uma escola urbana. Problema: falta de urbanização e paisagismo no entorno.	4	1 andar
19	14	Irapuan	Recomendada a construção de uma escola urbana	6	1 andar
20	18	Tarrafas	Este município não possui escola estadual com prédio próprio. Recomendada a construção de uma escola urbana Não existe terreno disponível – negociação com o Prefeito	4	1 andar
21	19	Barbalha	Recomendada a construção de uma escola urbana. Problema: topografia inclinada, exigindo nivelamento. Não existe terreno disponível – negociação com o Prefeito	10	2 anda-res
22	20	Mauriti	Recomendada a construção de uma escola RURAL no distrito de Palestina.	4	1 andar
23	23	Granja Lisboa	Recomendada a construção de uma escola urbana Problemas: necessita de projeto de drenagem e estudo topográfico para planejar o terreno.	20	2 anda-res
24	24	S. Cristóvão	Recomendada a construção de uma escola urbana. Problema: necessidade de um projeto de drenagem.	10	2 anda-res
25	25	Goibéiras	Recomendada a construção de uma escola urbana Problemas: necessita de projeto de drenagem, topografia inclinada, exigindo nivelamento.	10	2 anda-res
26	26	Vila Man.	Recomendada a construção de uma escola urbana Não existe terreno disponível – negociação com o Prefeito	10	2 anda-res

Prefeituras que necessitam ser abordadas para negociação de terreno:

1. Barroquinha
2. Morajó
3. Varjota
4. Morada Nova (distrito Uruarú)
5. Choró
6. Iaporanga
7. Tarrafas
8. Barbalha
9. Fortaleza (Vila Manoel Satiro)

Recursos BM → 9 escolas que eram
LICEU no Alverada
→ 9 escolas que eram
ESCOLA no Alverada

dean@povoaetua.com.br

